

Requerimentos da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim: acolhimento social e educação na Bahia do século XIX

Requests to Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim: Social Assistance and Education in 19th-Century Bahia

Erick Nunes Santos¹
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Bahia, Brasil

Eliana Correia Brandão Gonçalves²
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Bahia, Brasil

Resumo: Neste artigo será apresentada uma análise de dois Requerimentos nos quais Maria do Carmo Correa solicita que seu filho seja admitido na Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim de Salvador, uma vez que, por ser muito pobre não tinha condições de prover uma boa educação ao seu filho de sete anos, abdicando de sua guarda como um ato de resistência. Os documentos são estudados a partir da perspectiva da Paleografia Crítica (Petrucci, 2002), da Filologia (Cambraia, 2005; Spina, 1994) e da História Social da Cultura Escrita (Castillo Gómez, 2003). Foram realizadas pesquisas no Acervo documental da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, sendo possível delimitar um contexto socioeconômico da época em investigação, um perfil social da solicitante, além de reforçar o prestígio e a função social que a instituição tinha na época investigada. Os objetivos deste trabalho foram identificar, descrever e pôr em destaque as informações referentes a indivíduos que desejavam garantir a crianças acesso à educação de qualidade através da Instituição da Casa Pia, na cidade de Salvador – Bahia. Como procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, destaca-se a pesquisa documental e histórica, de cunho qualitativo. Os resultados revelam os motivos que levaram famílias a abdicarem de seus filhos em detrimento de uma boa educação evidenciando aspectos da penetração e difusão da cultura escrita na sociedade de Salvador, no século XIX.

Palavras-chave: Requerimento. Casa Pia. História Social da Cultura Escrita. Filologia. Província da Bahia no século XIX.

Abstract: This article presents an analysis of two petitions in which Maria do Carmo Correa requests the admission of her seven-year-old son to the *Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim* in Salvador. Due to her extreme poverty, she was unable to provide her child with a proper education, leading to her decision to abdicate his custody as an act of resistance. The documents are examined from the perspective of Critical Paleography (Petrucci, 2002), Philology (Cambraia, 2005; Spina, 1994), and the Social History of Written Culture (Castillo Gómez, 2003). The research was conducted in the documentary collection of *Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim*, allowing for the delineation of the socio-economic context of the period under investigation, a social profile of the petitioner, and reinforcing the prestige and social role of the institution in the investigated era. The objectives of this study were to identify, describe, and highlight the information related to individuals who

¹Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura – PPGLinC–UFBA, Mestre em Língua e Cultura pelo PPGLinC–UFBA, MBA em Gestão Escolar pela USP e Docente de língua inglesa, portuguesa e português como língua estrangeira da rede privada de ensino de Salvador e Camaçari (Bahia). Membro do Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais – GEFILL – UFBA. E-mail: ericknunesantos@hotmail.com.

²Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, Docente da graduação em Letras do ILUFBA. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura – PPGLinC–UFBA. Coordena o Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais – GEFILL – UFBA. E-mail: elianabrand7@gmail.com.

aspire to secure access to quality education for children through the Casa Pia Institution in the city of Salvador, Bahia. The methodological procedures used in the research include documentary and historical research of a qualitative nature. The results reveal the reasons that led families to abdicate their children in pursuit of a good education, highlighting aspects of the penetration and dissemination of written culture in Salvadorian society in the 19th century.

Keywords: Petition. Casa Pia. Social History of Written Culture. Philology. Bahia Province in the 19th Century.

1 INTRODUÇÃO

O cerne deste artigo reside na exploração minuciosa das nuances que envolvem Maria do Carmo Correa e suas aspirações em proporcionar a seu filho um acesso privilegiado a uma educação de excelência através da renomada Instituição Casa Pia, situada na cidade de Salvador, Bahia, no decorrer do século XIX. A proposta se baseia em uma análise crítica, visando não apenas identificar, descrever e analisar as informações relativas a essa busca singular, mas também a enfatizar a significância intrínseca desse episódio na tessitura social e educacional da época.

Ao mergulhar nas motivações e desafios que permearam a trajetória de Maria do Carmo Correa, o estudo almeja traçar uma compreensão das motivações pessoais e contextuais que a motivaram a buscar uma educação de qualidade para seu filho. Dessa forma, pretende-se ir além do aspecto superficial, buscando identificar os fatores subjacentes que motivaram essa decisão e explorar as influências sociais, culturais e econômicas que moldaram seu desejo de garantir um futuro educacional promissor para a próxima geração.

Além disso, a investigação também se estende ao exame dos desafios que Maria do Carmo Correa inevitavelmente enfrentou nessa empreitada. Através de uma análise do cenário histórico e das condições sociais da Bahia do século XIX, a pesquisa procura iluminar os obstáculos que ela provavelmente teve que superar, tais como as barreiras de gênero, as limitações socioeconômicas e as expectativas sociais da época. Portanto, este estudo põe em evidência um sujeito comum e sua busca educacional.

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa empregou procedimentos metodológicos de cunho qualitativo, com enfoque na pesquisa documental e histórica. O principal corpus documental examinado foi o Acervo da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, onde se encontram registros primários e materiais históricos relevantes relacionados à instituição e à época em foco.

A análise dos documentos documentais é conduzida a partir de uma abordagem embasada na Paleografia Crítica, seguindo os princípios delineados por Petrucci (2002). Além disso, são aplicados os aportes da Filologia, conforme propostos por Cambraia (2005) e Spina (1994), com a finalidade de compreender a linguagem e a estrutura dos documentos em seu contexto original. Ademais, esta pesquisa também se embasa na perspectiva da História Social da Cultura Escrita, conforme apresentada por Castillo Gómez (2003). Tal enfoque oferece um arcabouço conceitual e metodológico para interpretar os documentos em seu contexto social, analisando como as práticas de escrita e a documentação foram moldadas e influenciadas pela sociedade da época.

2 A INSTITUIÇÃO

Com uma história rica que abarca mais de dois séculos, a Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim emerge como um legado de importância inquestionável. Inicialmente erigida como um noviciado jesuíta por volta do século XVIII, esse complexo edificado teve seu valor reconhecido oficialmente sendo tombado como marco histórico pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) no ano de 1938. Situada na região da Cidade Baixa de Salvador, essa instituição não apenas ostenta sua própria relevância, mas também integra o conjunto mais amplo do Centro Histórico de Salvador, um tesouro de valor universal como Patrimônio Mundial da UNESCO.

Em sua gênese, o complexo se estabeleceu à beira da Baía de Todos os Santos, com o oceano banhando suas margens, e suas conexões com a cidade se materializavam por meio de embarcações. Contudo, esse enquadramento costeiro foi gradativamente desvanecendo, cedendo espaço a projetos de aterro e à expansão comercial das áreas circunvizinhas. O panorama atual do complexo abraça uma diversidade de funções, abrangendo desde uma instituição de ensino secundário, que fornece educação básica gratuita, até uma capela e um orfanato.

Alfredo Matta (1996), em sua perspicaz abordagem, assinala que a sede onde a Casa Pia ainda permanece, foi formalmente inaugurada em uma data emblemática: o 12 de outubro de 1825, dia do aniversário de D. João VI. A localização próxima às oficinas do exército, então conhecidas como "trem militar", conferia uma vantagem notável, facilitando a instrução nas artes. Assim, a transformação do orfanato ocorreu, passando a ser reconhecido como Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, nome em homenagem ao seu fundador. Nesse marco histórico, um total de 28 menores, previamente acomodados na Capela de São José, foram transferidos para as recém-inauguradas instalações.

Não obstante, a significância da Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim reverbera mais além. Ela se estabelece como uma pioneira, conferindo ao Brasil a tradição de dirigir os esforços sociais em prol de órfãos e indivíduos carentes, dotando-os de educação profissionalizante e capacitando-os a desempenhar papéis úteis e produtivos na sociedade. Seu papel de importância fica ainda mais evidente nas falas dos Presidentes da província³ da Bahia, Visconde de Camamu, em 1828 e Luis Paulo de Araújo Basto, em 1830.

³ Instituído em 1823 para substituir as Juntas Provisórias de Governo, a posição de Presidente de Província emergiu como resultado direto da vontade do Imperador e da recomendação emanada do Conselho de Ministros. Essa nomeação, além de ser uma encarnação do Poder central, funcionava como o executor das políticas e da administração delineadas por tal Poder. Os indivíduos designados para a presidência, frequentemente estranhos às províncias que supervisionavam e com mandatos de duração breve, se encontravam limitados na possibilidade de estabelecer quaisquer formas de planejamento administrativo. Tal limitação se devia principalmente ao fato de serem completamente desprovidos de conhecimento acerca dos desafios locais e das aspirações inerentes às respectivas populações. O sistema de nomeações era notável pela constante rotação de titulares, que muitas vezes ocupavam postos em várias províncias de forma consecutiva, estabelecendo, assim, uma espécie de profissionalismo inerente a essa ocupação. (CORRÊA, 2003)

O novo Collegio dos Órfãos he por si recommendavel: seos Estatutos forão Approvados por Sua Magestade Imperial, segundo os quaes se dirigi a instrucção , e economia do estabelecimento , cuja marcha instructiva parece vagarosa. Possão os homens ricos , e bem fazejos , emitando aos seos fundadores , prestarão em beneficio de tão philantropico estabelecimento. A Bahia já goza da preeminência da educação da Classe pobre sobre as outras Províncias. O Collegio tem cincoenta e nove Órfãos, o quarenta Porcionistas. (Brasil, 1828, f. 2)

Percebe-se, então, que o Colégio de Órfãos de São Joaquim ainda na primeira metade do século XIX já era visto como uma instituição de relevância, uma vez que seus estatutos foram aprovados pelo próprio Imperador, conferindo legitimidade à instituição. Estes estatutos governam tanto a instrução quanto a administração financeira da instituição, embora a progressão do ensino pareça estar ocorrendo lentamente. O autor exorta os homens abastados e benevolentes a seguir o exemplo dos fundadores, contribuindo para o bem-estar deste empreendimento filantrópico, possibilitando recursos adicionais para fortalecer a operação da instituição e possivelmente expandir suas atividades educacionais. O texto também elogia a Bahia pela educação que proporciona às classes menos favorecidas, afirmando que a província se destaca nesse aspecto em comparação com outras. Por fim, o Visconde de Camamu apresenta que o colégio abriga cinquenta e nove órfãos e quarenta porcionistas.

A menção à Bahia como uma província com destaque na educação da classe menos privilegiada sugere uma noção de prestígio e liderança na oferta de educação acessível para os estratos sociais mais baixos. Isso pode refletir tanto a atenção dada à educação como um bem social valioso quanto uma tentativa de se posicionar favoravelmente perante outras províncias.

Outra fala que merece destaque é a do Presidente da província Luis Paulo de Araújo Basto.

[...] A casa dos Orfãos he neste ramo o estabelecimento, que mais demanda atenção, filantropia e desvelos do Conselho, e de toda província [...] Conta entre os seos alumnos noventa e sete, sendo secenta Orfão, socorridos pela casa; suas aulas são de Primeiras Letras pelo Systema Lencaster (talvez a melhor estabelecida na província) de Grammatica Latina, Rethorica, Filosofia, Geometria, Musica, Desenho e Francez, os Ordenados dos Professores são pequenos, não ha livraria; em fim necessita somente de protecção [...]. (Brasil, 1830, f. 1).

O Presidente da província ressalta a importância e as demandas significativas associadas à Casa Pia, que se destaca como uma instituição de atenção e filantropia notáveis. A relevância dessa instituição é destacada ao enfatizar a necessidade de atenção tanto por parte do Conselho quanto por toda a província. Basto destaca que a instituição abriga noventa e sete alunos, sessenta dos quais são órfãos que recebem assistência direta da instituição. Ademais, detalha as disciplinas ministradas na instituição, incluindo Primeiras Letras pelo Sistema Lancaster (conhecido também como Ensino Mútuo), que é reconhecido como um dos melhores sistemas de ensino na província. Além disso, há aulas de Gramática Latina, Retórica, Filosofia, Geometria, Música, Desenho e Francês. O autor menciona que os salários dos professores são modestos e que não há uma livraria

na instituição.

A descrição dos alunos, divididos entre órfãos e outros alunos, oferece um vislumbre da diversidade dos estudantes que frequentam a instituição. Além disso, a variedade de disciplinas oferecidas sugere uma abordagem educacional abrangente, cobrindo desde as bases do aprendizado até tópicos mais avançados em várias áreas do conhecimento. Analisando de forma mais abrangente, o autor destaca a significativa demanda e papel social desempenhado pela Casa Pia, ressaltando sua posição como uma instituição crucial na sociedade da época.

O ponto culminante do texto está na última parte, onde se declara que a instituição necessita principalmente de proteção. Essa afirmação sugere que, apesar dos esforços empreendidos e dos recursos oferecidos, a instituição está em busca de apoio e salvaguarda para continuar sua missão educacional e assistencial, como também sugeriu o Visconde de Camamu anos antes.

A menção aos salários modestos dos professores e à ausência de uma livraria realça as limitações financeiras da instituição. Isso pode indicar a necessidade de maior investimento para garantir a qualidade do ensino e a disponibilidade de recursos educacionais. Portanto, a Fala do Presidente da Província revela a importância, os desafios e as aspirações da "casa dos Orfãos", destacando sua busca por sustentação e proteção enquanto desempenha um papel crucial na educação e assistência social da época.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL

O historiador e pesquisador João José Reis, a partir dos estudos de Kátia Mattoso (1992), revela que a população livre de Salvador durante o século XIX estava notavelmente caracterizada por uma condição que poderia ser descrita como "à beira da pobreza", englobando aproximadamente 90 por cento deste grupo. Esta afirmação, encontra respaldo nos registros documentais da época, nos quais é possível encontrar relatórios provenientes de juízes de paz e outras autoridades. Estes relatórios frequentemente registravam queixas relacionadas ao aumento cotidiano do contingente de mendigos e indivíduos desocupados que vagavam pelas diversas freguesias da cidade. Tal fenômeno refletia uma transformação em que tais pessoas não apenas haviam ultrapassado a fronteira da pobreza, mas estavam agora firmemente instaladas no âmbito da absoluta pobreza.

Os arquivos documentais resguardam dezenas de correspondências que narram a apreensão de crianças abandonadas, muitas das quais eram deixadas por pais ou parentes que compartilhavam a mesma condição de pobreza. Dentre esses casos, um número significativo dessas crianças era órfão. Diante dessa realidade, os juízes responsáveis tomavam a decisão de encaminhá-las para o orfanato de São Joaquim, uma instituição educacional que servia como um refúgio destinado especialmente aos menos afortunados. Nesse ambiente, era priorizada a instrução disciplinada do trabalho manual. Para aquelas crianças que optavam por permanecer no internato e não fugiam, o resultado consistia na formação como artesãos, ainda que com perspectivas limitadas de encontrar espaço para

o exercício de suas profissões. Isso ocorria em um contexto marcado pela predominância do trabalho escravo, uma característica da sociedade da época, que, como discutiremos mais adiante, atravessava um período de crise econômica acentuada, como argumentado por Reis (1986, p. 22) em sua obra.

Segundo Kátia Mattoso, 90 por cento da população livre de Salvador no século XIX viviam “no limiar da pobreza”.

Não é exagero. Os arquivos policiais da época estão cheios de relatórios de juizes de paz e outras autoridades que se queixavam diariamente do número crescente de mendigos e desocupados que vagavam por suas freguesias, pessoas que já haviam ultrapassado o limiar da pobreza para serem absolutamente pobres. Dezenas dessas correspondências relatam a apreensão de crianças abandonadas pelos pais ou parentes pobres, muitas delas órfãs. Os juizes enviavam-nas para o orfanato de São Joaquim, única instituição educacional destinada aos pobres. Aí se aprendia o trabalho manual disciplinadamente. Se não fugiam do internato, essas crianças se tornavam artesãos, sem muita chance de exercerem a profissão numa sociedade em que predominava o trabalho escravo e que atravessava um período de crise econômica aguda, como veremos adiante. (Reis, 1986, p. 22)

De acordo com Matta (1996, p. 26), dentro de uma sociedade fortemente fundamentada no catolicismo, a presença notória de mendigos proporcionava uma oportunidade para as camadas sociais mais privilegiadas expressarem sua devoção prática à fé, especialmente durante as celebrações festivas. Demonstrar compaixão pelos desfavorecidos era interpretado como uma manifestação de amor divino, uma forma tangível de cultivar a Deus. Portanto, a imagem do mendigo era permeada por simbolismos sagrados que ecoavam um senso de propósito mais amplo. Sua existência era vista como um instrumento de potencial redentor, capaz de influenciar positivamente a salvação de muitos outros.

Entretanto, ao longo do século XIX, as dinâmicas sociais evoluíram, e duas forças distintas começaram a redefinir o contexto da mendicância: a laicização e o higienismo como processo civilizatório. Essa noção de higiene no início do século XIX, principalmente na Europa, é um aspecto marcante e de extrema importância, uma vez que está atrelada ao processo civilizatório das nações. Esse fator pode ser remetido à Elias (1994, p. 144), em sua obra intitulada "O Processo Civilizador", que oferece uma perspicaz visão acerca da mudança comportamental que transcorreu ao longo da história. Ele discute sobre como práticas outrora socialmente aceitas nos círculos sociais aristocráticos da Idade Média foram gradualmente relegadas à categoria de inaceitáveis durante o período da Idade Moderna. Este trânsito, segundo o autor, foi desencadeado por um processo de avanços na investigação científica, que associou a propagação de doenças graves na Europa aos hábitos anti-higiênicos endêmicos na população. Como uma resposta inerente a tal percepção, instaurou-se uma necessidade de abandonar tais hábitos e, conseqüentemente, estigmatizar aqueles que insistiam em praticá-los. Portanto, de acordo com a análise profunda de Elias (1994), as transformações nos padrões de comportamento ao longo do tempo não apenas refletem a evolução das concepções higiênicas e morais, mas também destacam a disparidade entre a plasticidade comportamental na sociedade. A obra de Elias (1994) ressoa como um estudo

significativo sobre a dinâmica complexa entre cultura, comportamento e desenvolvimento individual.

Gradualmente, a conotação associada à mendicância foi transformada, passando de uma atividade que carregava uma certa nobreza espiritual para ser considerada suja e perigosa. Esse deslocamento cultural e ideológico impactou profundamente a percepção pública em relação aos mendigos. Homens e mulheres mal vestidos, muitas vezes exibindo feridas abertas e visíveis, foram progressivamente associados a vetores de doenças e epidemias. A mendicância, antes uma expressão de devoção e um ato sagrado, foi agora enquadrada como uma atividade que podia disseminar riscos à saúde pública. Além disso, a linguagem utilizada pelos mendigos nas vias públicas também desempenhou um papel na sua crescente marginalização. O uso de linguagem vulgar contribuiu para associar os mendigos a um comportamento inadequado e incivilizado aos olhos da sociedade da época. Como resultado, o espaço para esses mendigos nas ruas e praças começou a encolher.

Portanto, se for aplicado o conceito de representação e práticas sociais de Chartier⁴ (1990) a esse caso, pode-se perceber que as mudanças culturais, sociais e sanitárias ao longo do século XIX alteraram profundamente a imagem e o lugar dos mendigos na sociedade. O que antes era uma manifestação de piedade e devoção tornou-se uma prática desconsiderada e, até mesmo, rejeitada por muitos, à medida que os aspectos religiosos cederam lugar a preocupações higiênicas e sociais. O mendigo outrora tão bem tratado, agora é representado como um marginal, e a sociedade passa a assumir práticas excludentes.

Dentre os grupos que compunham o perfil dos residentes acolhidos na Casa Pia, destacam-se os menores abandonados. De acordo com Matta (1996, p. 109), essa categoria englobava aqueles que chegavam à instituição desprovidos de quaisquer conexões com sua história familiar passada. Em algumas situações, eram os próprios menores que buscavam refúgio na Casa Pia. Um grande número destes menores tinha origem nas ruas, vivendo à mercê da caridade alheia, sendo assim parte integrante do contingente populacional que se caracterizava como mendigos e vagabundos na cidade. Concomitantemente, outros menores eram classificados como indigentes. Essa designação se aplicava aos indivíduos cujas famílias dependiam primordialmente de esmolas para sobreviver. Nesse sentido, essa categoria também se inseria no espectro de mendigos e vagabundos da cidade.

⁴ Segundo Chartier, o termo "representação" encapsula a forma pela qual os indivíduos concebem intelectualmente seus ambientes, moldando, assim, suas realidades imediatas. Essa construção não é de caráter neutro nem objetivo; ao contrário, ela surge e opera alicerçada em interesses intrínsecos. A noção de representação remete à maneira pela qual, de modo coletivo, os seres humanos erigem o contexto que os cerca, conferindo-lhe sentido e significado. A representação, ademais, fomenta práticas sociais concretas. Essa abordagem destacada por Chartier demonstra a íntima conexão entre a percepção compartilhada de uma entidade e as ações sociais subsequentes. A mudança na representação de um elemento social - no caso, a figura do mendigo aqui apresentada - repercute diretamente na forma como a sociedade interage com essa entidade. Portanto, a metamorfose de uma representação coletiva influencia profundamente a dinâmica social, conferindo uma notável interdependência entre as concepções culturais e as práticas do cotidiano.

A presença desses grupos na Casa Pia ilustra a intrincada rede de relações sociais da época. A vulnerabilidade causada pelo abandono, pela pobreza e pela falta de recursos frequentemente conduzia esses menores à instituição, muitas vezes como única alternativa para garantir abrigo e cuidado. Essa convergência de circunstâncias sublinha a conexão entre a instituição, os aspectos socioeconômicos do período e a própria definição dos grupos sociais como mendigos e indigentes na sociedade.

Ainda consoante com Matta (1996, p. 109), houve uma mudança sutil na nomenclatura para identificar os indivíduos muito pobres. Esses passaram a ser referenciados nos requerimentos como "minimamente pobres". Essa alteração denota um interesse em graduar a pobreza em diferentes níveis, sinalizando uma tentativa de compreender nuances dentro dessa categoria ampla. A introdução de atestados de pobreza, emitidos pelos vigários das paróquias de origem, para acompanhar os "minimamente pobres" evidencia um esforço administrativo de documentar e oficializar a situação socioeconômica desses indivíduos. Isso reflete uma mudança no tratamento burocrático e aprofunda a exploração dos registros eclesiásticos como uma forma de validar a necessidade de assistência social.

4 OS REQUERIMENTOS

Essa espécie documental é de natureza diplomática que assume uma função tríplice, caracterizando-se como informativo, peticionário e ascendente. Ele se configura como um instrumento formal por meio do qual se busca efetuar uma solicitação junto a uma autoridade pública. Distingue-se da petição ao se fundamentar de maneira distinta, alicerçando-se em preceitos legais ou em princípios estabelecidos na jurisprudência.

Nesse sentido, o requerimento frequentemente faz referência explícita a esses fundamentos legais que servem como esteio jurídico para a solicitação apresentada. Ele se apoia sobre essa base normativa para conferir legitimidade e embasamento sólido à demanda exposta, conferindo uma fundamentação jurídica substancial. Embora a essência da definição de requerimento possa ser aplicada tanto aos contextos históricos quanto aos contemporâneos, é notório que a forma de abordagem e o discurso empregado variam entre esses dois cenários. No passado, a redação e a estrutura do requerimento poderiam refletir características linguísticas e protocolares distintas das observadas nos tempos atuais. Portanto, mesmo que a base conceitual se mantenha constante, a manifestação do requerimento, suas nuances discursivas e o estilo empregado tendem a divergir, respeitando as particularidades e normas de cada época, segundo a definição de Bellotto (2002, p. 86).

De acordo com Gonçalves (2020b), o estudo de Requerimentos busca descrever justamente essa regularidade de dados linguísticos-textuais que fundamenta a noção de gênero e as mudanças linguísticas apresentadas na utilização dos componentes lexicais registrados nos textos. Na produção do texto, era crucial para o escrevente redigir o pedido do requerente ao destinatário da solicitação, por isso essa construção precisava estar apropriada ao referido objetivo. É essa recorrência de normas e fórmulas habituais de

usos linguísticos no discurso que diferenciam o Requerimento de outros textos escritos [...] na mesma época e que se traduzem no uso de certas unidades lexicais e de determinados tempos verbais. (Gonçalves, 2020b, p. 588)

Nesse contexto, é crucial reconhecer que o requerimento transcende a mera forma textual e adquire relevância como um veículo de comunicação que reflete a interseção entre o direito e a prática administrativa. Com raízes profundas na tradição jurídica, ele evolui em conformidade com os arcabouços legais em vigor, incorporando alterações e adaptações para se adequar às dinâmicas sociais e jurídicas contemporâneas. Portanto, a definição de requerimento abrange uma dimensão histórica e evolutiva que vai além de sua simples categorização textual.

Para a transcrição dos Requerimentos tivemos por base as normas de transcrição de documentos manuscritos do PHPB (2001; 2020) e os critérios de transcrição e edição de documentos estabelecidos pelo Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais, coordenado pelo Profa. Dra. Eliana Brandão, com as devidas adaptações aos corpus da pesquisa:

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura. Ex.: *suplicante*.
3. A pontuação original será rigorosamente mantida.
4. A acentuação original será mantida. Exemplo: “tôda”.
5. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no documento. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
6. O sinal de nasalização ou til, quando com valor de m e n, será mantido.
7. Intervenções de terceiros no documento devem aparecer em nota de rodapé informando-se a localização. Exemplo: Nota 5 “Na margem superior esquerda, encontra-se escrito por outro punho: ‘Não tem lugar, por não ter ai demarcada. Bahia 10 de Agosto 1826’”.
8. A divisão das linhas do documento será preservada, ao longo do texto, de maneira justalinear. As linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta linha. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor e será feita de maneira contínua por documento.
9. A indicação do fôlio receberá a marcação entre barras verticais com o respectivo número e indicação de frente ou verso. Exemplo: || f. 1r ||

A seguir, serão apresentados os requerimentos e suas respectivas descrições e transcrições.

Descrição do documento:

O documento manuscrito é um requerimento destinado à junta da Casa Pia de Orfandade, datado de 10 de Agosto de 1826 e escrito em 1 fôlio recto. É composto por 20 linhas no recto. O texto foi escrito à pena e apresenta letras com traçado cursivo, levemente inclinada para a direita, com poucas ligaduras entre as palavras. Há a presença de escrita de outro escrevente, na linha 2. Há inserção de numeração do fôlio na margem

Fólio || 1r ||

Illustríssimos Senhores da junta da Caza Pia da Orfandade
5
[rubricas]⁶
Diz Maria do Carmo Corrêa, *que* ella vive
pobremente, e com tôda a honestidade, recolhida
25 por caridade na caza de Sebastião Jozé de Abreu
morador na Freguezia da Sé, e rua de *São* Miguel
em razão de não ter com *que* por a pagar cazas; *por*
que tem hum filhos menor de sete annos, sem *que* a
Suplicante tenha meios para opeder⁷ tratar, trazer
10 nas Aulas, por isso conhecendo, *que* nesta Caza, pia,
estabelecida para a educação adiantamento da
Orfandade desamparada, e sua Conservação he
soccorrido, será admittido o filho da *suplicante* pelas
circunstancias deduzidas, avista dos *documentos*
15 juntos, por isso humildemente prostrada
8
E Receberá Mercê

Descrição do documento:

O documento manuscrito é um requerimento destinado à junta da Casa Pia de Orfandade, datado de 15 de Julho de 1826 e escrito em 1 fólio recto. É composto por 26 linhas no recto. O texto foi escrito à pena e apresenta letras com traçado cursivo, levemente inclinada para a direita, com poucas ligaduras entre as palavras. Há a presença de escrita de outro escrevente, a partir da linha 16. O estado de conservação do documento é bom.

⁵ Na margem superior esquerda, encontra-se escrito por outro punho: “Não tem lugar, pør não ter ai demarcada. Bahia 10 de Agosto 1826”.

⁶ Há inserção de 10 rubricas no ângulo superior do centro ao lado direito do fólio, entre as linhas 2 e 3.

⁷ Pelo contexto, levanta-se a hipótese de que o escrevente pode ter cometido um lapso e ao invés de traçar a letra “o” após a letra “p”, escreveu “e”. Sendo assim, supõe-se que seria “o poder”.

⁸ Após a linha 15, encontra-se escrito por outro punho: “Pede a Vossas Senhorias Sejam ser-| vidos compadecer-se da *suplicante* dig-| nando-se mandar recolher seu filho, neste seminario da Orfandade”.

Fólio || 1r ||

Ilustríssimo; Reverendíssimo Senhor Vigário Capitular
9
[rubrica]¹⁰
Diz Maria do Carmo Correa, *que* alem de seus
requerimento lhe he necessario, *que* o Reverendo Cura da Sé
5 desta Cidade lhe ateste ao pé desta se a *suplicante* vive honesta
mente, pobre, recolhida por Caridade com hum seo fi-
lho menor de nome Januario, na caza de Sebastião
Jozé de Abreu Lima: como para lhe atestar he
necessario despacho - o - //
10 *Pede a Vossa Senhoria Reverendíssimo Senhor Dezembargador*
Provizor //
E *Receberá Mercê*
11

A análise mais profunda das informações presentes nos Requerimentos dão base para o presente estudo que se dedica a examinar detalhadamente a história de uma mulher de condição socioeconômica desfavorecida, cuja etnia não foi especificada nos registros históricos disponíveis. Tal indivíduo, identificado como uma mulher pobre, residia juntamente com seus filhos em um contexto precário na Freguesia da Sé, mais precisamente na Rua de São Miguel, um enclave que atualmente compõe o centro histórico da cidade de Salvador.

No decorrer do século XIX, esta mulher enfrentou desafios significantes em sua jornada como mãe e provedora, conforme atestam documentos da época. Seu agregado familiar era composto por uma filha de idade não mencionada e um filho menor, com a idade de sete anos. Em um gesto de caridade e assistência, ela foi acolhida na residência de Sebastião José de Abreu, cujas razões subjacentes a este ato solidário poderiam ser objeto de investigação adicional.

Uma das questões centrais deste estudo diz respeito ao ato de buscar acolhimento para seu filho, claramente motivado pelo desejo de garantir alguma forma de instrução para o mesmo. Diante do cenário social no qual ela estava inserida, é provável que ela se enquadre no padrão mencionado por Matta (1996, p. 111) no qual afirma “que era comum, nos requerimentos de ingresso, a referência do requerente a não desejar que o filho ou parente se tomasse desocupado e danoso à sociedade”. No entanto, devido às

⁹ Na margem superior esquerda, encontra-se escrito por outro punho: “Attesto querendo *Bahia* 15 de Julho de 1826 *Vigário Capitular*”

¹⁰ Há a rubrica do vigário abaixo da linha 3.

¹¹ No ângulo inferior à esquerda, encontra-se escrito por outro punho: “Attesto, que a [?] mora nesta *Freguesia*; na Rua de *São Miguel*; he pobre recolhida, tem huã filha, hu filho, *aquêle* mostra pela certidão incluza. he *muíto* digna de ser atten- | dida; e nada me - | consta, que a fassa indigna. Sé da *Cruz* 24 de julho de 1826

[rubrica] [Manoel Pereira de Souza]”

adversidades impostas por sua situação econômica, ela se viu obrigada a abdicar da guarda do filho, depositando-o sob a custódia da mencionada instituição de caridade, onde ele foi considerado como um órfão, conforme registram as fontes documentais.

O local de residência desta mulher e seus filhos é notavelmente relevante, uma vez que a distância entre a residência e a escola, que se estabeleceu como um dos motivos para a separação da mãe e filho, aproximava-se de quatro quilômetros. A realidade da época impunha limitações logísticas substanciais para esta mãe, cujas limitações financeiras a impediam de levar e buscar diariamente seu filho na escola. Tal circunstância ilustra de maneira clara a intersecção entre fatores econômicos e educacionais que frequentemente moldavam as decisões das famílias de baixa renda.

No tocante ao processo de admissão do filho da mulher na instituição, destaca-se a complexidade burocrática evidenciada pelos documentos da época. Tais procedimentos incluíam a necessidade de comprovar seu estado social por meio de documentação anexa ao Requerimento, bem como a obtenção de atestados fornecidos por párocos que avaliassem a condição socioeconômica da família. Além disso, a situação de batismo da criança também se apresentou como um elemento relevante na avaliação deste processo de admissão.

Em síntese, o estudo deste caso proporciona um vislumbre valioso das dificuldades enfrentadas por mulheres de baixa renda em contextos urbanos do século XIX. As decisões que esta mulher se viu compelida a tomar, bem como os processos burocráticos envolvidos na admissão de seu filho em uma instituição de caridade, convergem para uma análise mais abrangente das interações entre fatores socioeconômicos e educacionais na sociedade da época.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados apresentados revela um contexto histórico complexo e desafiador em Salvador, no século XIX. Maria do Carmo Correa emerge como uma figura representativa das mulheres pobres da época, cujas vidas eram afetadas por desigualdades sociais e econômicas profundas. Sua busca por acolhimento para seu filho na Casa Pia e Colégio de Órfão de São Joaquim reflete o esforço para garantir alguma educação e melhores perspectivas para a próxima geração.

A situação de Maria do Carmo Correa levanta questões sobre a assistência social disponível na época, onde a caridade e as instituições de acolhimento desempenhavam papéis cruciais na vida dos mais desfavorecidos. A necessidade de abdicar da guarda de seu filho evidencia as limitações enfrentadas pela própria Maria do Carmo, impedindo-a de fornecer o suporte necessário devido à sua condição de extrema pobreza.

Ao explorar a vida de Maria do Carmo Correa, somos confrontados com as lutas e as limitações impostas às mulheres pobres em uma sociedade desigual. Essa análise nos convida a questionar as estruturas sociais e a refletir sobre como as desigualdades econômicas e sociais afetam a vida das pessoas e moldam suas escolhas e oportunidades.

A pesquisa nessa área interdisciplinar é de extrema relevância para ampliar nossa

compreensão da história social e cultural, ao resgatar as vozes e as histórias daqueles que muitas vezes são deixados à margem. O estudo da Filologia, Linguística, Paleografia Crítica e História Social da Cultura Escrita nos permite reconstruir e compreender melhor as vidas das pessoas comuns, como Maria do Carmo Correa, e contribuir para uma visão mais abrangente e inclusiva da história de Salvador no século XIX.

REFERÊNCIAS

- BELLOTTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- BRASIL. *Falla do Excellentissimo Presidente da Provincia da Bahia 1828*. Disponível em: <<https://archive.org/details/rpebahia1828/mode/2up>>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- BRASIL. *Falla do Excellentissimo Presidente da Provincia da Bahia 1830*. Disponível em: <<https://archive.org/details/rpebahia1830/mode/2up>>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- CAMBRAIA, C. N.. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CHARTIER, R.. *A História Cultural : entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CASTILLO GÓMEZ, A. *Historia de la cultura escrita: ideas para el debate*. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 5, 2003, 32 p.
- CORRÊA, C. H. P. *A presidência de província no Império*. In: Anais do XXII Simpósio Nacional de História, ANPUH, João Pessoa, 2003.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a. v. 1.
- GONÇALVES, E. C. B. *A Filologia e o estudo de Requerimentos do Arquivo Histórico Ultramarino*. Filologia e Linguística Portuguesa, São Paulo, v. 22, n. Especial, 75-92, 2020a. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/166321>>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- GONÇALVES, E. C. B. *Tradição Discursiva, Filologia e Corpus Histórico-Diacrônico: análise de Requerimentos do século XVIII*. Revista da ABRALIN, v. 19, n. 3, p. 582-598, 2020b. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1772>>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- MATTA, A. E. R. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: De recolhido a assalariado*. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- MATTOSO, K. M. de Q. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.
- NASCIMENTO, A. A. V.. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.
- PETRUCCI, A. *La ciencia de la escritura*. Primera lección de paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica Argentina, 2002.
- REIS, J. J.. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- SPINA, S.. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977.